

# Desacerto com Congresso marca 100 dias de FHC

LETÍCIA BORGES •  
GERALDA FERNANDES

Ao completar, amanhã, 100 dias de governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso não tem muita coisa a comemorar. Apesar da relativa e delicada estabilidade no campo econômico, o desempenho do Governo na área política tem sido marcado por turbulências e desencontros. A avaliação de lideranças no Congresso é de que houve um otimismo exagerado quanto à harmonia no relacionamento do Executivo com o Legislativo e quanto à facilidade para aprovação da reforma constitucional. Na coluna de vitórias, de concreto, o Governo só pode contabilizar a aprovação da nova lei de concessões dos serviços públicos. Já a coluna de derrotas mostra desacertos vários, entre eles, o que resultou na incômoda decisão, para o Presidente, de vetar o reajuste do salário mínimo.

O respaldo popular de uma vitória no primeiro turno das eleições e uma base parlamentar formada por seis partidos, que dariam ampla maioria, não foram suficientes para garantir tranquilidade a uma equipe que assumiu cercada de grandes expectativas. Nestes 100 dias, Fernando Henrique viu o Senado apro-

var a regulamentação do tabelamento dos juros em 12% ao ano; a aprovação da anistia ao senador Humberto Lucena, que ele, constrangido, sancionou; as propostas de reforma constitucional serem criticadas e uma delas, a da Previdência Social, ser espartilhada; e a derrubada do veto presidencial à correção de dívidas agrícolas, que pode causar um rombo nos cofres públicos de R\$ 10 bilhões.

**Cargos** — O Presidente acompanha, ainda, a briga dos aliados por espaço no Governo, principalmente quanto à lenta e complicada distribuição dos cargos no segundo e no terceiro escalões. Apesar de ter prometido mudar a forma de fazer política, Fernando Henrique não demorou a aderir à velha cartilha da barganha, diante das pressões dos partidos, que aproveitam as votações para demonstrar descontentamento e que ameaçam rever a posição de apoio. Até mesmo a adesão ao jogo foi feita de forma atabalhoada: boa parte dos últimos três meses foi gasta em discussões improdutivas sobre coordenação política de Governo. “É difícil administrar uma base de apoio tão ampla e heterogênea”, avalia o líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto.

A tentativa de institucionalizar

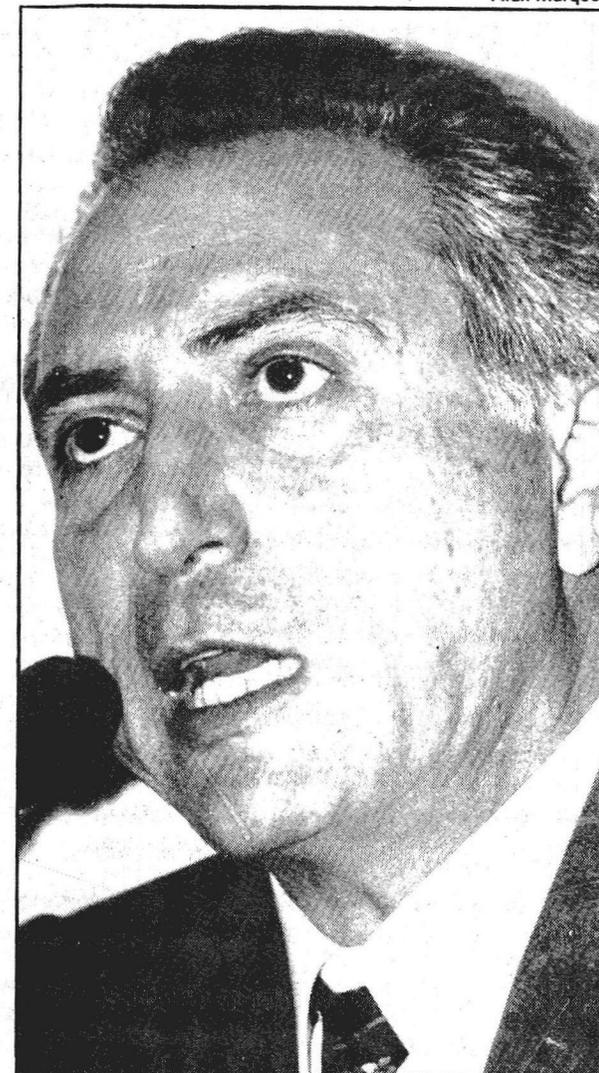
a relação com o poder político por intermédio de um conselho não deu certo. Afinal, o Presidente teria de discutir cada assunto com nada menos que seis presidentes de partido, seis líderes na Câmara e igual número no Senado, mais três líderes governistas, além do vice-presidente Marco Maciel e assessores diretos da Presidência da República. “Os partidos são diferentes entre si e ainda têm divergências internas. A decisão mais acertada do Presidente foi a de conversar separadamente, o que vai trazer mais produtividade”, aposta Germano Rigotto.

**Reação** — Representantes de vários partidos são unânimes em apontar algumas causas na tentativa de justificar os tropeços desse início de Governo, a principal delas as falhas na comunicação do Executivo com o Congresso e com a sociedade. Citam ainda o fato de o Governo ter convivido os primeiros 30 dias com um Parlamento em fim de mandato, o processo de eleição dos presidentes da Câmara e do Senado e a definição das lideranças partidárias. Por mais que tentem, no entanto, não conseguem explicações suficientes para reações tão fortes como as que vêm enfrentando Fernando Henrique no Congresso e nas ruas.

Geraldó Magelo



Alan Marques



Rigotto atribui dificuldades à base heterogênea, enquanto Temer lamenta as "surpresas" no plenário